



BRANCO, BRANQUITUDE, BRANQUIDADE

Organização:
Lourenço Cardoso



BRANCO, BRANQUITUDE, BRANQUIDADE

Copyright © 2025 by autores

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Preparação: **Samara dos Santos Reis**

Revisão: **Marina Vitale**

Capa e projeto gráfico: **José Rodolfo Arantes**

Diagramação: **Natalia Aranda**

Selo Negro Edições

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.selonegro.com.br>

e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

Apresentação da coleção	7
Dagoberto José Fonseca	
Apresentação deste volume	11
Lourenço Cardoso	
1. Identidade branca antes do conceito de branquitude: escravidão e construção da raça branca no Brasil	15
Marcus Vinicius de Freitas Rosa	
2. Supremacia branca à brasileira.....	33
Lia Vainer Schucman e Willamys da Costa Melo	
3. Branquitude e decolonialidade após o <i>apartheid</i>	49
Lucy Valerie Graham	
4. Cientistas negras(os) e brancas(os) nas encruzilhadas: sujeitos e objetos políticos e científicos	69
Cintia Cardoso e Franciéle Garcês	
5. O branco aliado e a morte da dialética: análise crítica sociológica, econômica e subjetiva fanoniana numa perspectiva integral.....	81
Lourenço Cardoso	
6. O branco dissimulado: um sujeito desracializado em uma sociedade racista	109
Maria Isabel Donnabella Orrico	
7. Descolonização das ciências sociais no Brasil: da branquitude às resistências culturais e epistemológicas.....	131
Julie Lourau	
8. Tonalidades de branquitude numa trajetória acadêmica: descobertas e vivências	153
Paride Bollettin	

Apresentação da coleção

A **Coleção África, presente! Negritude e luta antirracista** nasce do esforço sincero, do desprendimento e da humildade de intelectuais, estudiosos, pesquisadores e professores de diversas universidades e instituições de pesquisa científica e de ensino universitário do Brasil e do exterior. A meta é problematizar, ampliar, aprofundar, construir diálogos e produzir um maior conhecimento científico sobre séculos de história, contando para isso com autores oriundos de inúmeras e variadas comunidades étnicas e culturas presentes no Brasil e em outras regiões do planeta, especialmente no continente africano.

Inspirada na Coleção História Geral da África, trabalhada desde 1964 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a presente coleção pretende ser um espaço de produção e divulgação do pensamento não hegemônico acerca de africanos, afro-brasileiros e indígenas, construindo assim novas categorias, outras metodologias, interpretações pioneiras, análises inéditas e conceitos autênticos da nossa realidade social.

Assim, visa legitimar o pensamento destituído de paradigmas, conceitos e metodologias euro-ocidentais e se contrapor a essas bases que tanto contribuíram para fomentar e aprofundar os racismos e suas vertentes mais funestas em todas as esferas da sociedade. É nosso objetivo também propiciar a reescrita da história dos povos escravizados — inclusive antes da chegada dos conquistadores europeus —, a fim de sistematizar os valores civilizatórios, as culturas e as formas de expressão dessa humanidade inegavelmente filha da África.

Problematizar o etnocentrismo presente na diversidade de instituições, teorias e métodos da ciência é um dos motes desta coleção, sobretudo porque boa parte do conhecimento que foi difundido e abrilhantou pessoas, instituições e agências do pensamento euro-ocidental foi aprisionada, sequestrada, pirateada, surrupiada e traficada, na maioria dos casos usurpada de forma violenta. Mais tarde, esse conhecimento se transformou em produtos patenteados em algumas poucas nações, autodenominadas desenvolvidas — as mesmas que vivenciaram por séculos a compra de corpos e de saberes de outros povos originários e de grupos étnico-raciais presentes na América, na Ásia, na Oceania, na Europa eslava e, em especial, na África.

Dessa forma, os autores desta coleção, individual e coletivamente — cada um a seu modo, mas com rigor acadêmico e científico —, estão construindo cultural e politicamente uma crítica à razão euro-ocidental e abrindo um canal epistêmico para a sistematização de uma contra-hegemonia de base negra-indígena, questionadora da ciência brancocêntrica euro-americana-ocidental. Assim, trata-se de uma fortaleza dinâmica que se projeta contra os racismos embasada na ciência, com teorias sustentáveis, evidências e inferências legítimas e análises fidedignas.

É importante desfazermos erros e pseudoverdades científicas que foram construídos por séculos a fim de suprimir corpos, subjugar povos e escravizar mentes com base no uso de uma ciência cujo objetivo principal sempre foi manipular fatos em prol da hegemonia de um pequeno grupo de pessoas, quase sempre brancas. Em suma, aqui reunimos o trabalho de pesquisadores e intelectuais de diversas áreas e nacionalidades que se dedicam a construir uma nova identidade coletiva pautada nos valores civilizatórios das negritudes antigas e novas, bem como nas lutas antirracistas que têm sido protagonistas no continente africano e nas inúmeras Áfricas que estão em tantos corpos e mentes mundo afora.

Das imemoriais pinturas rupestres aos antigos escritos decodificados em papiros, pergaminhos, paredes de rochas e cavernas, nas pedras — como no caso da Pedra de Rosetta —, e as publicações científicas atuais, impressas e digitais, revelam como o conhecimento científico produzido em vastas regiões do planeta nos leva ao legado africano para toda a humanidade de ontem, de hoje e de amanhã. Ainda assim, muitos são os que desconhecem essa realidade, sobretudo por não terem tido a oportunidade de aprender essa verdade

quando eram estudantes dos diversos níveis de ensino. Nem mesmo no continente africano crianças, jovens e adultos têm acesso a essas informações e a uma formação que forneça essa aprendizagem.

É importante salientar que se construiu ao longo de séculos uma invisibilidade e um silêncio sepulcral perante o conhecimento científico, tecnológico, cultural e filosófico africano. Tanto que as conquistas e contribuições de autores como Cheikh Anta Diop ainda são vistas como ousadas em pleno século XXI por apresentarem as ricas e vigorosas dinastias do Egito antigo — ou melhor, as civilizações que fizeram o grande império do Kemet florir em todo seu apogeu na África setentrional e que impactam até hoje o pensamento contemporâneo, atingindo em cheio a Europa, a Ásia, a Oceania e a América.

Talvez uma das formas mais emblemáticas para superar esse desconhecimento abissal sobre a centralidade africana no conhecimento humano seja justamente começarmos a repensar nossa condição social, psíquica e cultural de animal que fomos, somos e estamos, como já apontaram diversos cientistas — de Charles Darwin, com sua teoria da origem das espécies, em uma perspectiva evolucionista, a Edgar Morin, com seu método da complexidade. Há também os avanços tecnológicos e a certeza dessa verdade insofismável que nos foi dada pelos resultados colhidos em definitivo pelo Projeto Genoma e tornados públicos pelos pesquisadores James D. Watson, Felipe Fernández-Armesto e Luigi Luca Cavalli-Sforza, entre outros, sobre nossa monogenia — isto é, nossa origem comum africana.

Dagoberto José Fonseca

Apresentação deste volume

O volume 4 da **Coleção África, Presente!** visa ser um espaço de análise crítica e de aprofundamento teórico sobre o branco, sua identidade étnico-racial e sua expressão na sociedade contemporânea. As identidades étnico-raciais são sustentáculos de diversas distorções sociais, econômicas, políticas, jurídicas e culturais. Elas são mobilizadas por fatores materiais e abstratos, isto é, simbólicos. Este livro aprofunda, amplia e problematiza os fenômenos sociais, as histórias, os contextos, as análises, as interpretações, as explicações, as teorias e os conceitos que nos possibilitam compreender o que chamamos, no cenário brasileiro, de branquitude — principal campo de análise da maioria dos cientistas sociais deste livro.

Diante de tal complexidade, abordaremos os significados de termos e ideias como branquitude, branquidade, brancura, branco, branquitude crítica/acrítica, vantagem racial, raça e história, raça e subjetividade, raça e economia etc. Em linhas gerais, podemos dizer que o branco será problematizado de modo rigoroso, levando-se em conta suas relações cotidianas, além dos conflitos nas esferas de poder mais amplas relacionadas ao Estado burguês, brancocêntrico, capitalista, liberal, neoliberal.

Os autores deste volume nasceram e foram criados em diferentes partes do globo. Portanto, suas perspectivas são distintas, consensuais, ecléticas e opostas. Podem ser objetivas e subjetivas, marxistas e foucaultianas, decoloniais e anticoloniais, de epistemologia africana e europeia. Quais seriam as implicações geopolíticas da branquitude e da branquidade nos territórios ocidentais e não ocidentais?

No capítulo “Identidade branca antes do conceito de branquitude: escravidão e construção da raça branca no Brasil”, o pesquisador Marcus Vinicius de Freitas Rosa encara o desafio de pensar a branquitude antes que o conceito fosse cunhado. No Brasil, a partir de 2010, iniciamos um trabalho contínuo e consistente a respeito da identidade branca. Estamos cientes de que Guerreiro Ramos propôs tal tarefa em meados de 1957 e Cida Bento reabriu o debate sobre o tema em 2002. Todavia, cientificamente, tal produção contabiliza menos de duas décadas. A branquitude serve para questionar o conceito branco de forma óbvia, o que tem ocorrido. No entanto, nosso desafio é pensar a ideia de identidade branca ao longo da história. Existe o risco do anacronismo, como Marcus nos alerta; porém, sua empreitada mostrou-se complexa, mas bem-sucedida.

No texto “Supremacia à brasileira”, Lia Vainer Schucman e Willamys da Costa Melo tratam de um tema mais comum na cultura estadunidense. Os pesquisadores criticam, com vigor, a construção sociorracial que favorece o branco ao mesmo tempo que é danosa ao negro em virtude de nossas origens étnico-raciais. As ideias de supremacia racial e de meritocracia são eficazmente demolidas. Em seguida, os autores explicam o conceito de supremacia racial à brasileira, fenômeno distinto do que ocorre em outros países.

No artigo “Branquitude e descolonização na África do Sul depois do *apartheid*”, Lucy Valerie Graham examina esse contexto específico. Por ter nascido na África do Sul, as bases de sua análise estão mais relacionadas à literatura científica anglo-saxã sobre raça do que à literatura científica brasileira. São realidades diferentes, mas se encontram quando se fala em desigualdade social atrelada à raça. É preciso considerar que os negros sul-africanos conquistaram a presidência da República após o fim do *apartheid*. Porém, o contexto de pobreza em que vivem — com problemas como moradia precária e insegurança alimentar — lembra a situação dos negros e dos brancos empobrecidos, brasileiros, bem como dos povos originários.

Por fim, cabe dizer que, na África do Sul, o negro não necessita ser negro: pode reivindicar as múltiplas identidades étnicas da “nação arco-íris”. Já o branco sul-africano, como minoria quantitativa, não tem como escapar da racialidade, ou melhor, da branquitude.

No capítulo “Cientistas negros(os) e brancas(os) nas encruzilhadas: sujeitos e objetos políticos e científicos”, Cintia Cardoso e Franciéle Gracês analisam e criticam a produção de conhecimento no ambiente acadêmico. Atuando

no campo da educação e da ciência da informação, as autoras defendem a ideia de que apenas as pessoas brancas são de fato legitimadas como cientistas, sejam homens ou mulheres. Apenas elas seriam capazes de produzir conhecimento de qualidade e superar os saberes metafísicos e do senso comum.

As autoras criticam as universidades, que pouco têm contribuído para mudar essa situação. Um problema fundamental seriam os currículos monoepistêmicos e brancocêntricos oferecidos nos cursos. Aliás, a academia é justamente isto: criadora e criatura desse contexto. Porém, a questão não deixa de ser dialética: a expectativa de uma mudança para melhor surgiu com a entrada de cientistas negras e negros nos espaços acadêmicos e, também, com o aumento do número de vagas para estudantes negros, brancos, indígenas e quilombolas, das comunidades e periferias dos centros urbanos e rurais.

No texto “O branco aliado e a morte da dialética: análise crítica sociológica, econômica e subjetiva fanoniana numa perspectiva integral”, procuro fazer uma análise integral da raça. Ao pensar o branco aliado, para desviar das armadilhas éticas, morais e metafísicas, trilhei a análise econômica numa perspectiva teórica fanoniana-marxista. Também realizei uma abordagem geopolítica que mostra a relação entre o Canal de Suez e a raça, por exemplo.

Além disso, teço minha crítica às abordagens subjetivas foucaultianas, referencial teórico implícito ou explícito muito popular nas produções teóricas a respeito da identidade branca. No texto, faço uso da subjetividade fanoniana apenas para colaborar objetivamente com a crítica da sociedade capitalista, burguesa, liberal e brancocêntrica. Logo, não se trata de um fim em si mesmo, pedagógico, jurídico, salvacionista ou numa perspectiva pós-moderna.

Em “O branco dissimulado: um sujeito desracializado em uma sociedade racista”, Maria Isabel Donabella retoma os conceitos, cunhados por mim entre 2003 e 2008, de branquitude crítica, branquitude acrítica e branquitude dissimulada. Em meados de 2021, Isabel, que é branca, com sua pesquisa de campo e base teórica segura, propõe o conceito de branquitude crítica dissimulada. Ela reinventa o conceito da branquitude crítica, trazendo-o para o campo da educação e além dela. A autora pensa a nossa realidade social a partir dos anos 2020, muito distinta da de 2003, por exemplo. Sua abordagem é eficaz e desvela ações da branquitude que muitos brancos optam por esconder ou dissimular. Tal capítulo também é muito importante para quem se interessa por metodologia científica.

Em um texto muito ambicioso, intitulado “Descolonização das ciências sociais no Brasil: da branquitude às resistências culturais e epistemológicas”, a pesquisadora Julie Lourau, tomando como base teórica marcante o decolonialismo (alguns poderiam dizer pós-colonialismo), acaba por tratar da descolonização das ciências sociais do Brasil. Sua atenção esteve em três campos: Brasil, França e África do Sul. Trata-se de um capítulo teórico-metodológico e autorreflexivo. Lourau, uma francesa que mora em Salvador há muitos anos, optou por focar o cenário brasileiro, versando sobre a questão do negro-tema e a ideia de direitos culturais.

Todavia, o conceito de branquitude leva os brancos a olharem para si e, assim, colabora com sua autocrítica, sua luta pessoal antirracista e seu propósito de descolonizar as ciências sociais — o que fica explícito no capítulo em tela. Ao mesmo tempo, à medida que se aprofunda nos estudos sobre a identidade branca, a autora realiza a própria descolonização de si no que diz respeito ao mundo racial-racista que o homem branco ocidental inventou.

No capítulo “Tonalidades de branquitude numa trajetória acadêmica: descobertas e vivências”, o pesquisador italiano Paride Bollettin elabora um texto antropológico-subjetivo. O autor, que estuda os povos indígenas e ensina sobre eles, analisa sua vivência como branco estrangeiro no Brasil. Como tal, ele é visto, pelos brasileiros em geral e pelos indígenas em particular, como pertencente à cultura brancocêntrica. Seu capítulo nos remete aos estudos sobre a identidade branca de tradição estadunidense, que fazia muito uso das fontes autobiográficas.

Para finalizar, novamente convido os leitores a saborearem este livro escrito por intelectuais notáveis e inspiradores que têm o branco como tema, a branquitude como sistema e a branquidade como emblema. Trata-se de olhares, análises, interpretações e explicações contundentes sobre as realidades daqui e dali, mas todas focadas nas relações étnico-raciais presentes em diversos territórios.

Lourenço Cardoso

1. Identidade branca antes do conceito de branquitude: escravidão e construção da raça branca no Brasil

Marcus Vinicius de Freitas Rosa

Nas ciências humanas, é bastante comum o debate filosófico e epistemológico sobre as relações estabelecidas entre consciência e realidade. Já há muito tempo, inúmeros pensadores se dedicam ao assunto e questionam: afinal, a realidade determina a consciência ou seria o contrário? Muitas foram as respostas formuladas, nenhuma delas definitiva nem totalmente satisfatória — com exceção, talvez, daquelas perspectivas que admitiram a interação recíproca e constante entre o mundo das ideias e o mundo externo à consciência, bem como a sua indissociabilidade. Aplicado às ciências sociais e, sobretudo, ao campo de conhecimento histórico, esse debate permite refletir sobre a forma como sociólogos, antropólogos e sobretudo historiadores costumam olhar para o passado e construir conceitualmente os seus objetos de estudo. Com frequência, a elaboração de novos conceitos tende a ser acompanhada pela descoberta de novos temas de pesquisa.

Durante muito tempo, sobretudo a partir de meados do século 20, quando surgiram no Brasil os chamados estudos sobre “relações raciais”, os negros foram tomados ora como “objetos” e “temas” de análise, ora como “questão” e “problema” a ser resolvidos. Além disso, homens e mulheres “de cor” foram muito mais investigados como escravizados do que como pessoas livres. Grosso modo, foi assim que pretos, pardos, mulatos e negros em geral acabaram sendo inventados na consciência dos pesquisadores brancos: objetos, temas, questão, problema, cativos.

Apesar de o campo de estudos que consolidou esse procedimento epistemológico chamar-se *relações raciais*, durante muito tempo foram raríssimas



as reflexões sobre o outro lado dessas interações. Ou seja, falava-se em “relações”, mas olhava-se para os negros. Na consciência da maioria dos pesquisadores (que eram brancos), os brancos simplesmente não existiam como assunto legítimo a ser investigado ou problema a ser resolvido. Em síntese: os brancos pareciam invisíveis para si mesmos, embora jamais tenham sido invisíveis para os negros.

Quando os pesquisadores brancos não estavam olhando para os negros por meio do conceito de raça, olhavam para os indígenas por meio do conceito de etnia. Assim, raça e etnia, compreendidas separadamente, foram os instrumentos metodológicos que trouxeram negros e indígenas à existência nos estudos e na consciência dos cientistas sociais. Parecia não haver um arcabouço conceitual capaz de fazer emergir as identidades raciais brancas nas pesquisas sobre relações raciais, apesar de todo e qualquer grupo social (seja étnico ou racial) jamais se constituir por si mesmo, mas por meio das relações sociais conflituosas ou solidárias, hierarquizantes e distintivas — e por meio da atribuição de significados para si e para os outros, capazes de demarcar as suas fronteiras. Ao não olhar para os brancos, não se levava ao limite o aspecto relacional do processo de construção de identidades raciais.

Até hoje inexistem no Brasil estudos e estudiosos dispostos a investigar, por exemplo, a consciência racial dos senhores de escravos: sendo majoritariamente brancos, que consciência tinham eles a respeito de sua própria branquitude? Mesmo que o campo de estudos das relações raciais tenha sido construído sobre uma concepção binária, restrita às interações entre negros e brancos (ou entre escravizados e senhores), nem assim o interesse dos cientistas sociais em geral, e dos historiadores em particular, se voltou para o lugar político ocupado pelos brancos no amplo conjunto de relações de poder que molda a estrutura social brasileira. A perspectiva relacional, inerente ao conceito de raça e de racismo, nunca foi explorada em todas as suas possibilidades.

Partindo dessas e de outras reflexões, o tema central deste capítulo é a identidade racial branca antes da construção epistemológica do conceito de branquitude, uma poderosa categoria de análise histórica bastante nova (distinta do velho “branqueamento”) que não nos deixa esquecer que os historiadores efetivamente constroem seus próprios objetos de pesquisa.

Em outras palavras, nas linhas seguintes, pretendo me debruçar sobre a pré-história da branquitude, a fim de descobrir os significados raciais